



ATA Nº 17/2012

**ATA DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2012
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos **dois dias** do mês de **outubro** do ano **dois mil e doze**, pelas **vinte horas e vinte minutos** reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em 13ª Sessão Extraordinária de 2012, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Sérgio Constantino Paiva, José António Real da Fonseca, José Carlos Pires, como 1º e 2º Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERIODO ANTES DAS ORDEM DO DIA-----

II- PERIODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 - 2ª Revisão Orçamental-----

PONTO 2 - Proposta de Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado Municipal de uma Parcela de Terreno sita na Rua Cidade da Figueira da Foz, Vale Grande – Freguesia da Pontinha-----

PONTO 3 - Proposta de Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado Municipal de uma Parcela de Terreno, localizada na Rotunda Arnaldo Dias, com a Área de 180 m2 inserida no âmbito do Alvará de Licença de Loteamento n.º 1/2001/DLO-----

PONTO 4 - Proc. 100/GPE/EPPDMPEE - Proposta de Alteração ao PDM – 2012.01 – Bairro do Carvalheiro e do Casal da Azenha-----

PONTO 5 - Proc. 101/GPE/EPPDMPEE - Proposta de Alteração ao PDM – 2012.02 – Bairro do Borrageiro – Rua da Boa Esperança e Rua da Boa Vontade – Encosta da Eira-----



III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Nos termos legais aplicáveis, realizou-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Tânia Beleza**, pelo Membro **Alcina Trindade** ---

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **António Rodrigues**, pela sua substituta **Cistina Silvestre** -----

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal, **Maria João Nascimento**, pelo Membro **Paula Paçó**.-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **João Figueiredo**, pelo Membro **Conceição Cuco**. -----

Na bancada da **CDU** o Membro da Assembleia Municipal, **Raquel Rodrigues**, pelo Membro **José Rodrigues**. -----

Na bancada da **CDU** o Membro da Assembleia Municipal, **Joaquim Campos**, pelo Membro **João Lourenço** -----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos **39** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado a ausência do Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vítor Machado**, pela bancada do **PSD**. -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, pelo Sr. Vice Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Mário Máximo e os Senhores Vereadores que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as ausências dos Senhores Vereadores, Paulo César, Hugo Martins, Fernanda Franchi, pela bancada do **PS**, Paulo Aido, Hernâni Carvalho, como Independentes, Maria da Luz Nogueira, pela bancada da **CDU**. -----

Havendo quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**. -----



O Sr. Presidente da Assembleia, propôs que se desse início ao **Período das Intervenções Políticas de Interesse Relevante**, tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Pela bancada da CDU, foi apresentada uma **Moção "RELATIVA AO ESTATUTO DAS ÁREAS METROPOLITANAS PREVISTO NA PROPOSTA DE LEI Nº 437/2012"**, que seguidamente se transcreve:-----

"O Governo colocou em discussão junto das autarquias locais o Projeto de Lei nº437/2012 sobre o "Regime Jurídico das Autarquias Locais e Estatuto das Entidades Intermunicipais".-----

As Áreas Metropolitanas concebidas no edifício do Poder Local Democrático e da democracia, deverão ter uma representatividade que só as eleições diretas possibilitam. Sucede que a proposta do Governo não apenas esquece a realização de eleição direta como retrocede, no que à representatividade e ao carácter democrático do regime diz respeito, relativamente à Lei atual.-----

Lê-se na proposta do Governo:-----

- *Que a atual Junta Metropolitana, conjunto de todos os Presidentes de Câmara da Área Metropolitana, é transformada no órgão deliberativo da Área passando a designar-se por Conselho Metropolitano;-----*
- *A Assembleia Metropolitana desaparece;-----*
- *O órgão executivo da Área Metropolitana, a chamada Comissão Executiva, será eleito por um colégio eleitoral constituído por Deputados das Assembleias Municipais da Área. A esta eleição sujeita-se uma lista única elaborada pelo Presidente da Assembleia Municipal onde se haja verificado o maior número de mandatos atribuídos ao mesmo partido, coligação ou grupo de cidadãos.-----*

Não obstante a inexistência de representatividade direta e a confusa forma de representatividade orgânica desta Comissão Executiva ela vai ter uma grande capacidade de ingerência nos assuntos municipais, sendo-lhe mesmo dadas competências, ao nível do acompanhamento, dos procedimentos de controlo prévio para construção, reedificação, utilização, conservação ou demolição de edifícios, assim como para estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos, da competência dos municípios.-----

A proposta do Governo vem ainda conferir ao Conselho Metropolitano uma vasta capacidade de ingerência nas competências dos Municípios, que nada parece justificar. Se a Lei for aprovada passam a ser diversas as deliberações da Assembleia Municipal, relativas a propostas da Câmara, que carecem de parecer prévio do Conselho Metropolitano. São as referentes à:-----



Assembleia Municipal de Odiveelas

- *Aprovação das taxas municipais e à fixação do respetivo valor;*-----
- *Deliberação do exercício dos poderes tributários do Município;*-----
- *Fixação do valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis;*-----
- *Deliberação relativa ao lançamento de derrama;*-----
- *Pronúncia sobre o reconhecimento pelo Governo de benefícios fiscais no âmbito de impostos cuja receita reverte para os municípios.*-----

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Odiveelas, reunida em sessão extraordinária de 2 de Outubro de 2012, delibera:-----

- 1. Afirmar que as Áreas Metropolitanas deverão configurar uma forma específica de organização territorial autárquica, nos termos do art.º 236, n.º 3 da Constituição, o que implica uma representatividade só possível através de eleições diretas;*-----
- 2. Rejeitar a extinção da Assembleia Metropolitana como órgão deliberativo da Área Metropolitana de Lisboa, o que configura uma manifesta diminuição da legitimidade democrática;*-----
- 3. Rejeitar o conteúdo tradutor de clara ingerência metropolitana em áreas de competência dos municípios;*-----
- 4. Considerar que a proposta de lei não traduz, antes pelo contrário e no referente às Áreas Metropolitanas, qualquer melhoria face à Lei atual, propondo em consequência que o mesmo não mereça aprovação da Assembleia da República."*-----

Presidente da Junta de Freguesia **Rogério Breia**, pela bancada do **PS**, apresentou uma declaração política, que seguidamente se transcreve:-----

"Como sabem fui eleito para representar as freguesias no XX Congresso da ANMP, que se realizou em Santarém e vou trazer-vos alguma informação relativa a isso.-----

O conselho geral da ANMP, órgão máximo deste congresso, deliberou a realizou a realização deste congresso no passado dia 29 de setembro, no Centro Nacional de Exposições de Santarém.-----

Tem-se criado uma polémica em torno governo local, com o propósito de se concentrar a viabilidade dos problemas que o país atravessa nas autarquias locais, desviando atenção das populações dos verdadeiros problemas e dos verdadeiros responsáveis pela crise que atravessamos.-----

Esta situação tem gerado um descontentamento nos eleitos locais e nas autarquias, que não podem ficar indiferentes a estas investidas quanto ao governo local democrático.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

As autarquias estão atravessar uma situação delicada em termos financeiros, não por terem efetuado despesas irresponsáveis, mas porque as suas receitas têm vindo a ser diminuídas nos últimos anos. Grande parte das políticas sociais, na educação, na proteção infância, no apoio aos idosos e aos deficientes, é municipal, para as quais são transferidas recursos financeiros cada vez mais escassos.-----

As autarquias são os verdadeiros ministérios da solidariedade social deste país. O governo central efetuou e pretende levar a cabo um conjunto significativo de mudanças com incidência nas autarquias locais, que se traduzem com intromissões ilegítimas no exercício das atribuições e competências municipais e se configuram numa permanente desconfiança para com o poder local, e uma menorização dos eleitos locais, cuja legitimação é regularmente sufragada através do voto direto e secreto.-----

Esta continua ingerência nos assuntos locais, significa uma maior centralização do poder e a perda de importância das comunidades locais. -----

O país não pode eternizar o quadro de sucessivas hesitações estratégicas que apenas têm gerado assimetrias no desenvolvimento, desigualdades de oportunidades e piores condições de vida para os cidadãos.-----

Desta análise, surgiram três grandes temas de trabalho: autonomia poder local, financiamento poder local e reorganização territorial do Estado.-----

A autonomia do poder local é um princípio constitucional indispensável da consolidação e desenvolvimento regime democrático. Só há poder local quando as autarquias locais são verdadeiramente independentes e têm um amplo grau de autonomia administrativa e financeira.-----

Um problema grave desde logo se destaca, quando vemos afirmado que as autarquias locais não são dependências ou serviços do Estado, não fazem parte da sua administração direta ou indireta. Não podendo ser configuradas como instituições a quem administração central possa dar ordens ou diretivas e exercer qualquer poderes de super intendência como parece ser a vontade daqueles que com a sua prática política, pretendem reduzir à menor expressão a autonomia das autarquias locais, intrometendo-se na sua atividade, reduzindo a sua gestão em aspetos fundamentais.-----

A evocação de razões de Estado associados a restrições e condicionantes económicas financeiras, surgem para muitos, fatores legitimadores de soluções com impacto negativo na autonomia local. Colocando as autarquias locais fora do sistema político administrativo como se tratasse de entidades privadas assistidas pelo Estado.-----

Com medidas necessárias à formação e reforço da autonomia local, o XX Congresso sublinhou a necessidade de adoção de um conjunto de propostas e medidas que garantam de forma efetiva a autonomia local constitucionalmente consagrada.-----

Financiamento do poder local, as diversas leis das finanças locais vigentes, até a esta data propiciam um trajeto descendentes e regressivo nas garantias de autonomia financeira do poder local e nas relações



Assembleia Municipal de Odivelas

entre as receitas das autarquias e as receitas dos impostos de referência pelo cálculo das receitas municipais.-----

A relação entre as receitas a transferir do orçamento de Estado para os municípios e freguesias, receitas de um conjunto de impostos de referência, foi cada vez mais menosprezada com a diminuição relativa e efetiva das despesas municipais.-----

Por outro lado, no que respeita à capacidade de endividamento municipal foram criados mecanismos no sentido do seu constrangimento, colocando muitos municípios de forma artificial e meramente administrativa, em situação de excesso. A aprovação pelo governo e pela Assembleia Republica da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, e posteriormente o respetivo decreto regulamentar veio criar uma situação nova aos municípios portugueses que ficaram em muitos casos, com dificuldades acrescidas na sua gestão. A qual passou a ser menos agir, eficaz e flexível.-----

Se o que se pretendia era a destruição de práticas de sub orçamentação, a melhor forma de o conseguir teria sido através da opção de medidas que tomassem mais rígidas as regras previsionais estabelecidas no POCAL.-----

O XX Congresso sublinhou a necessidade de na atual conjuntura económica financeira e política do país, uma eventual alteração ao regime de financiamento local que deve entrar em vigor somente em 2014.-----

A reorganização territorial do Estado, as autarquias locais, não querem nem vão aceitar políticas centralistas, inspiradas apenas pela aritmética contabilista que expulsam de significativas partes do território nacional maior riqueza e fator de desenvolvimento que elas possuem, o capital humano.-----

O encerramento de serviços públicos por todo o País, com reflexos muito penalizadores em zonas do interior, que tem vindo perder população não pode ser o preço a pagar por décadas de políticas públicas erradas.-----

A reorganização territorial do Estado é uma forma estrutural que o País necessita a qual por ser estrutural deve assentar em princípios claros, fundamentados e consequentes. Ao nível da promoção da reorganização administrativa do nosso País, deve para tal efeito consolidar-se o funcionamento e desempenho das áreas metropolitanas, enquanto nova instancia política de âmbito metropolitano.-----

Paralelamente importa ainda solidificar-se o funcionamento e o desempenho das comunidades intermunicipais. As entidades intermunicipais devem ter as competências que lhe forem transferidas pela administração central, pelos municípios neste caso por decisão destes e via processo de contratualização. A concretização do processo de redes autónomas, instrumento fundamental para o desenvolvimento equilibrado do território, é desejo que importa cumprir.-----

Em suma chamo atenção para as conclusões deste congresso:-----

O XX Congresso da ANMP sustenta que um vasto de soluções preconizadas constituem um insubstituível contributo para o superar dos problemas do País, e para o bem estar das populações.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

E no quadro político atual e no contexto económico financeiro, a voz ativa da ANMP é que tem fundamental para os municípios e para o País.-----

Reitera que o diálogo que necessariamente é estabelecido entre o governo, Assembleia Republica e o poder local, deve ser proveitoso e conduzir a resultados concretos.-----

Considera que o programa de assistência económica financeira não pode, nem deve significar asfixia financeira dos municípios e destruir a autonomia local.-----

Repudia aprovação de medidas cegas que não têm em conta a especificidade e a realidade do poder local, estrangula a sua atividade e que não defendem convenientemente os interesses das populações.---

Reprova a publicação da legislação que obriga a uma redução desmensurada de um número de dirigentes municipais, formulada a rigor sem ter em conta a realidade de cada município.-----

Rejeita o novo regime jurídico do setor empresarial local que levará ao encerramento de muitas empresas, sem se ter em conta que muitas delas prosseguem objetivos sociais.-----

Recusa a fusão e agregação de freguesias tal como está previsto na lei. A fusão ou agregação deve fazer-se na base exclusiva da iniciativa dos órgãos autárquicos e das respetivas populações.-----

Repudia a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, diploma que paralisa a gestão municipal e que arrisca assumir a gestão municipal à gestão de tesouraria, e os eleitos a adjuntos e tesoureiros.-----

Reclama que aplicação da LCPA aos municípios seja suspensa. -----

Reitera que na atual conjuntura económica financeira do nosso País, uma eventual alteração ao regime de financiamento local deverá entrar em vigor somente em janeiro 2014.-----

Considera que as transferências de orçamento do Estado para os municípios em 2013 deverão ser superiores aos valores que foi imposto pelo governo para 2012, cujo montante global foi idêntico ao que foi transferido em 2005.-----

Os municípios têm cumprido o seu papel de forma exemplar e quem deve ser penalizado são todos aqueles que levaram o País à situação dramática que se encontra.-----

Exige-se que os compromissos legais e contratuais assumidos pelo Estado para os municípios sejam honrados pelo governo.-----

Acentua a necessidade de reformulação do sistema de proteção civil de forma a garantir efetiva segurança dos cidadãos.-----

Os eleitos locais não aceitaram de ânimo leve a paralisação do poder local, com os prejuízos que tal situação acarreta para as populações.-----

O XX congresso reafirma ainda a determinação poder local na oposição firme políticas erradas de ataque à coesão nacional.-----

A defesa dos interesses de todos e de cada um dos cidadãos, e a luta pela garantia da igualdade de oportunidades, justificarão a revolta convicta de todos os autarcas legitimados pelo voto popular representam o sentir dos portugueses.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

A XX congresso da ANMP exige ainda do governo e da Assembleia Republica uma mudança de atitude para com o poder local. Caso contrário Portugal não se afirmará como nação a que todos caminhamos para conflitos sociais que ninguém deseja.-----

O XX congresso da ANMP sublinha também o papel fundamental do poder local no desenvolvimento do território e o continuar da elevação global da qualidade de vida dos cidadãos, devendo este desejo constituir-se como desígnio nacional.-----

Para além destas conclusões durante as discussões dos trabalhos neste XX congresso foram ainda apresentadas duas moções.-----

Moção apresentada pelo Presidente Camara Municipal de Paços de Ferreira, com o título a "Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso". Onde se pretendia que fosse nomeada uma comissão para estudo da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro, com prazo limite até final corrente ano. Moção que foi retirada antes de ser efetuada a respetiva votação.-----

Moção apresentada pela Presidente da Camara Municipal de Odivelas, com o título respeitar autonomia do poder local, é respeitar Portugal. Esta moção foi aprovada pela maioria e foi apensa às conclusões do XX congresso. Nela se exigia ao governo à revogação imediata da lei nº8/2012 de 21 de fevereiro, no que concerne a perda das autarquias locais por violação expressa e inequívoca da autonomia do poder local, pedra fundamental do nosso Estado Direito democrático.-----

É um sinal político claro por parte dos autarcas do nosso País, e saudamos a Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, por esta iniciativa, que é também um ato coerência e responsável, que só valoriza o nosso concelho."-----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi colocado à votação o documento acima apresentado para discussão, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

Pelas 20H50m, os trabalhos foram interrompidos.-----

Pelas 21h05m os trabalhos foram retomados.-----

Luís Salmonete, pela bancada do PSD, apresentou uma declaração política, que seguidamente se transcreve:-----

"Na última Assembleia Municipal fiz uma chamada de atenção no sentido de se discutir o projeto lei 436/2012. Hoje temos uma moção da CDU que introduz alguma discussão sobre este tema, que consideramos da maior importância para vida autárquica.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Há um ponto prévio que quero deixar claro, apesar de ser um acérrimo defensor de eleições diretas para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, considero que realisticamente neste momento não havia muito espaço para um debate sobre este tema.-----

Não que não ache da maior importância que haja uma eleição direta como já afirmei anteriormente mas objetivamente isso iria conduzir melhor dizendo, seria um embrião da regionalização e penso que neste momento não estamos em condições de fazer esse debate.-----

O debate sobre a regionalização terá que ser feito mais tarde ou mais cedo, mas neste momento não havia tempo para pensar sobre o qual mapa ideal para a divisão do País.-----

E só havendo uma grande ponderação sobre a divisão do país, é que se poderia avançar. A legitimação de uma região, neste caso da grande área metropolitana de Lisboa, através de uma eleição direta neste momento poderia limitar qualquer futura decisão.-----

Só para dar um pequeno exemplo não sabemos qual é a posição da CDU relativamente aos municípios situados na margem sul. Deverão os mesmos pertencer aquilo que é a divisão atual da grande área metropolitana de Lisboa? Ou deverão sair fazendo parte de uma eventual região em que englobe a península setubal?-----

Eu penso que uma eleição direta iria limitar futuramente a divisão do mapa da regionalização do qual sou um defensor.-----

Esta é só uma pequena dúvida sobre o que deverá de facto ser o grande debate sobre regionalização. Há de facto inúmeras questões por debater até que se encontre uma resposta. Mas sobre o projeto lei 437/2012, havia de facto questões que poderiam e deveriam ser debatidas na Assembleia Municipal, até porque nos dizem diretamente respeito. Mas não debatidas porque parece haver um certo desinteresse ou alheamento sobre este projeto globalmente, porque engloba competências das juntas de freguesia, assembleia e camara municipal, ou seja todo o projeto.-----

Para terminar e relativamente à moção em apreço estou inteiramente de acordo com seu conteúdo, aliás esta é idêntica à que foi apresentada na assembleia municipal de sintra, e que foi aprovada com o voto contra, por acaso do BE, e com seis abstenções da coligação.-----

Pretendo unicamente introduzir um ponto se for possível, e se a CDU aceitar que passaria a ser o ponto 1, que era: rejeitar a extinção da assembleia metropolitana como órgão deliberativo da grande área metropolitana de Lisboa, o que configura uma manifesta diminuição para representatividade democrática. Era esta sugestão que quero fazer."-----

Fátima Amaral, pela bancada da CDU -----

Susana Guerreiro, pela bancada do PSD. -----

Fátima Amaral, pela bancada da CDU -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**, -----

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**, -----

José Falcão, pela bancada do **BE**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Não o que BE votou em sintra, nem estou muito preocupado, pode ter votado contra e ter as suas razões, nós sempre defendemos este modelo de se apresentarem as moções atempadamente ou quando as assembleias eram à 2ªfeira, davam até 3 dias, porque podíamos por à discussão entre todas as pessoas que são do BE, aqui em Odivelas.-----

E a posição do BE, que transmito aqui sempre, depois de falar com as pessoas através da net, é que o BE é favorável à votação moção, isto porque nós discutimos uns com os outros estas questões.-----

Por isso não precisamos reunir no intervalo porque já temos a nossa posição tomada antes, isto é um ponto que me apraz registar, é uma evolução podermos discutir as moções atempadamente.-----

Portanto a comentário do Luis Salmonete é que permitiu fazer esta intervenção, porque deveria permitir que todos se pronunciassem com tempo e pudessem discutir em conjunto, do que cinco ou dez de intervalo."-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD** -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU** -----

O documento, acima mencionado, foi colocado à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade** -----

Após este período, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu início à discussão do Ponto integrado na **Ordem do Dia**. -----

PONTO 1 - 2ª REVISÃO ORÇAMENTAL-----

Presente para deliberação, a 2ª revisão orçamental, de acordo com a informação nº Interno/2012/8864 de 2012.09.14, remetida pela Senhora Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 18ª reunião ordinária da câmara municipal, de 2012.09.19, que se encontra arquivado, por fotocópia, na pasta da presente reunião, pelo que se dá como reproduzido. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto -----

Usaram da palavra neste ponto, os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

António Ramos, pela bancada do **PS**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto. -----

Miguel Xara Brasil, pela bancada do **CDS/PP**, -----

Duarte Barracas, pela bancada do **MPT**; -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**; -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"As pessoas que na semana passada estavam muito preocupadas porque não se tinha falado com as PPP's, era bom que hoje viessem falar das que existem aqui.-----

E quando se fala de revisão, é o que se assiste. Lembrar ao PSD que quem se esforçou para que houvesse inquéritos nas PPP's foi o BE, lembrar ao PSD e ao PS que quem se esforçou, e esperemos que as coisas sejam levadas à prática, que aquele terreno no Sr Roubado seja expropriado, não se terá que ser expropriado, há muitas formas de trabalhar até à expropriação. Mas a verdade é que finalmente, ao fim destes anos todos de falarmos sistematicamente naquela possibilidade, de trabalharmos aquela zona, antes ainda do assassinato e do incendio, de termos falado na possibilidade de aproveitamento daqueles terrenos, portanto os anos que se perderam porque não quiseram ver a evidência que era aquele "cancro". E vamos a ver se alguma revisão orçamental que permita que se faça alguma coisa de jeito por um espaço que é soberano no concelho, e que devia ser alvo de um debate serio sobre o que fazer com estes espaços. Nunca ninguém quer assumir este papel.-----

Quando se discute que a esquerda, que a oposição não apresenta propostas, é disto que estamos a falar. E quando as apresentamos as pessoas não as querem ver, discutir, levar à prática.-----

E é por isto que é grave que as coisas sejam assim. Quando falamos à quatro, cinco anos daquele espaço, se tivesse sido feito alguma coisa, quando falamos daquilo que tem que ser feito sobre a questão



Assembleia Municipal de Odivelas

dos prédios devolutos. Eu desconfio que tenha havido a tal comissão e que sequer tenha feito alguma coisa, porque os dados são estes. Dizem que houve, que estava feito para responder a uma pergunta que fizemos à cinco anos, a verdade é que o grupo que esteve a trabalhar não se viu, portanto gastou-se dinheiro à autarquia a pôr um grupo a funcionar, para não se fazer nada.

Foi dito que havia um grupo que foi formado para resolver os problemas do Sr Roubado, com os proprietários. E eu pergunto há um relatório dessas reuniões, foi feito alguma coisa, ou é só para responder aqui. Isto não é serio, ou de facto há grupo e reuniu e há relatório dessas reuniões, ou então se é só para responder e despachar, não estamos a ser sérios.

Desculpem a maioria deste concelho não pode agir assim só porque tem maioria, esta tem que ser seria e não está a ser. Foge às questões concretas e responsabilidades, não responde e depois atira para o lado. Isto não pode ser assim.

António Ramos, pela bancada do PS;

José Falcão, pela bancada do BE, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:

"Sr António Ramos onde se deve cortar? É ainda onde é possível, espero, que é na "famosa" avença para ver a historia do SMAS, cento e oitenta mil euros. Onde se deve cortar? Nas avenças que temos cá, ou então, porque é que há juristas e advogados nesta Câmara? Se não são precisos alguma coisa está a mais. Como eu não sou apologistas para que se despeçam pessoas, sou apologista para que se seja serio com o dinheiro que se gasta, porque é aquilo que tem se cortar. Onde se pode cortar? É ir ao IMI buscar o dinheiro, é ir renegociação das PPP's do salão de festas, é aqui que se vai buscar as coisas, é aqui que se trabalha seriamente. É aqui que é o desperdício de uma Câmara que estoura dinheiro onde não devia. Deita-se dinheiro à rua para se construir um salão de festas, que podia ficar dez vezes mais barato, deita-se à rua para se pagar a pessoas para nos resolverem futuros problemas do SMAS, mas o que é isto?

Há os prédios devolutos, onde é que se vai buscar o dinheiro? Mas estas coisas dão trabalho, então os municípios que paguem a preguiça de uma Câmara que não trabalhar a serio. Porque isto é preguiça de um executivo que não está a ser serio.

Quando se pergunta onde é que se vai buscar o dinheiro? Já o dissemos várias vezes.

A Câmara disse somos incapazes, a Srª Presidente também já disse que era incompetente para ir à procura das verbas dos prédios devolutos.



Assembleia Municipal de Odivelas

È esta incompetência que tem que se pagar sistematicamente? E depois vêm perguntar onde é que se vai buscar o dinheiro? Isto é demagogia!-----

È não aproveitar as ideias e não pôr em pratica aquilo que pode ser posto, e depois dizem aqui que não têm propostas. E poderemos falar de outras propostas que já foram apresentadas, mas a preguiça é assim, porque é mais fácil pagar a advogados para tentar fazer não sei o quê.-----

È fácil não se procurar soluções para de facto penalizar o endividamento ilícito, o enriquecimento através dos prédios que são devolutos e dos terrenos que continuam a beneficiar de estarem desocupados sem se gastar nada, e sistematicamente a ganharem valor, e não se ir buscar dinheiro a isso, é esta preguiça que a Câmara tem e que depois vem dizer que a oposição não sabe o que está aqui a dizer, não tem propostas.-----

Nós podemos ser muitíssimos maus, mas as propostas são muito concretas. E a preguiça da Câmara é muito visível, e era bom que as pessoas comecem a trabalhar a serio, para acabar com o desperdício.”----

Miguel Cabrita, pela bancada do PS; -----

Pelo **Sr. Presidente** foi dada a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos que teve por convenientes.-----

O **Sr. Presidente**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria, com os votos a favor do PS, PSD e Independente contra da CDU, CDS/PP, BE e MPT.**-----

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membros Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos, Miguel Xara Brasil, António Ramos e José Falcão**, pelas bancadas da **CDU, CDS/PP, PS e BE** respetivamente, que seguidamente se transcrevem:-----

Lúcia Lemos-----

“Temos mais uma revisão orçamental, a segunda, e no preambulo é explicado que tal como previsto, ao analisar este documento verificamos que grande parte tem a ver com o repor prejuízos da Municpália, no total de cento e noventa mil e setecentos euros, aumentar em cento e sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta e três euros a verba destinada a encargos da divida administrativa. E aumentar em quatrocentos mil euros a verba referente a restituições e outras despesas, dentro desta rubrica divida administrativa autárquica.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

O que gostaríamos de saber, é em concreto estes quatrocentos mil euros, destinam-se a quê? Uma vez que está anunciado de uma forma vaga.-----

Depois verificamos, aumentos em água e luz, ao projeto de reabilitação ao centro histórico de Odivelas, em sete mil, seiscentos e cinquenta euros, o que é que se pretende fazer com este valor, para que é orçamentado. -----

E são retirados alguns valores, deixando verbas apenas só para as deixar residualmente abertas, com cinquenta euros, por exemplo a reparação em centros de dia. Isto quer dizer o quê? Que não vai haver até 31 de Dezembro mais qualquer reparação?-----

A reabilitação de fogos municipais, tiraram quase vinte mil euros. -----

A fiscalização municipal fica com menos sessenta mil euros, ficando apenas residualmente com catorze mil.-----

Os espaços verdes menos quarenta e cinco mil euros. Os viveiros menos quarenta e quatro mil euros.-----

E curioso, ligando até com a minha intervenção anterior, desaparece o projeto de hortas urbanas. Um projeto que, hoje presidente da assembleia municipal, antes enquanto vereador chegou a falar, mais ou menos assim como a ciclovia. Ficou virtual. E o mercado de Odivelas ficou tridimensional na parede.-----

Portanto o que é que aconteceu projeto hortas urbanas? Num momento em que quase todos os municípios se redirecionam as pessoas para a subsistência, para agricultura, até nos pequenos jardins de cidade. Porque é que Odivelas, que é um concelho urbano mas ao mesmo tempo com características rurais, faz desaparecer o projeto hortas urbanas.-----

A limpeza urbana menos noventa e um mil euros, a rede viária menos quinze mil euros. Passeios e arruamentos menos dez mil euros, ficam com cem euros, esta rubrica.-----

Queremos que, não obstante ser uma mudança de peças e o xadrez fica exatamente igual, isto não é com certeza o orçamento no qual nos revejamos, e portanto iremos votar contra.”-----

Miguel Xara Brasil-----

“Esta revisão orçamental vem ao encontro do que costumo dizer algumas vezes, a única coisa que nós temos a obrigação de conseguir controlar, é o custo, porque as receitas nós não conseguimos controlar, o custo temos obrigação de o conseguir controlar.-----

E realmente reflete um bocado, a falta de controlo que há nos custos, exemplo disso é água, eletricidade, nos seguros, na vigilância e na segurança, nos juros, a brutalidade em que se pede reforço dos juros.-----

Portanto tudo isto é reflexo da falta de controlo dos custos.-----

Por outro lado vê-se que para aumentar estes custos então vai-se tirar aquela bandeira que este executivo tanto apregoa, que é a área social. Portanto vai-se retirar à área social que é a bandeira deste executivo para ir pagar despesas que estão completamente descontroladas. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Por isso nós só podemos votar contra esta revisão.”-----

António Ramos-----

“O País vive numa situação de crise grave.-----

É assim nesta situação e num contexto social, económico e financeiro nunca antes vivido, com as receitas municipais a apresentarem decréscimos significativos, resultado de uma política que está a destruir o país, receitas longe dos valores desejados e orçamentados, que nos é apresentada a presente revisão orçamental.-----

Entendemos esta revisão como sendo adequação à actual situação de crise, conhecidos que são alguns dados da execução orçamental de 2012.-----

E nestas situações há que ter a coragem e a capacidade de fazer opções, opções que muitas das vezes não são do agrado de todos.-----

E o executivo municipal há muito que fez opções fundamentais para o Concelho: as áreas sociais e educativas.-----

E a bancada do PS realça que a presente revisão não vem colocar em causa os principais objetivos do documento inicial: as funções sociais e educativas continuam a ser as áreas onde se verifica um maior investimento. Se Odivelas é, vai continuar a ser um exemplo a nível da Educação.-----

Dissemos atrás que nestas situações há que fazer opções. Opções que originam menores investimentos em alguns setores da atividade municipal, tal como o podemos verificar na análise da situação financeira, onde por exemplo as aquisições de bens de capital nos apresentavam um decréscimo de 45%.-----

Só assim é possível manter o necessário equilíbrio orçamental e continuar a diminuir a dívida. Não vemos onde está o descontrolo.-----

Mas, mesmo assim, continua a ser possível investir em pequenas obras de proximidade, continua a ser possível cumprir com compromissos anteriormente assumidos, como o demonstram os reforços das verbas destinadas aos arranjos exteriores das Unidades de Saúde Familiar da Póvoa de Santo Adrião e da Ramada.-----

Em termos contabilísticos a presente revisão orçamental, apresenta-nos um aumento das despesas de capital em 176,8 mil euros, por contrapartida de igual montante nas despesas correntes.-----

Realçamos este pequeno pormenor: aumenta a despesa de capital diminui a despesa corrente.-----

Com a presente revisão, aqueles que eram os principais princípios e objetivos do Orçamento para 2012, continuam bem presentes. Por tudo o exposto, votaremos favoravelmente a presente revisão Orçamental.”-----



Assembleia Municipal de Odivelas

José Falcão-----

"Nós num plano da suposição até poderíamos votar a favor, se de fato houvesse respeito pelas perguntas que foram feitas aqui nesta sala, mas não é a primeira nem a segunda e pelos vistos será sempre assim, sobretudo com o Sr vice presidente em exercício, que sistematicamente não responde a uma única questão quando nós as colocamos.-----"

Compreendo que seja complicado responder às perguntas, mas ao menos diga que não sabe, e é por isso, não só não concordamos como achamos que esta assembleia é desrespeitada quando não se consegue responder a uma coisa tão simples como: há atas das reuniões com os proprietários do terreno? Há atas das reuniões do grupo de trabalho sobre o IMI, há ou não? Isto não há volta a dar.----- Mas não se responde porque não se quer, porque se falta ao respeito das pessoas que estão aqui nesta assembleia, mas já agora que se podem fazer ameaças nesta assembleia, também posso dizer coisas, de fato o respeito que estas pessoas têm é correspondente ao respeito que elas dão."-----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, foi dada a palavra para defesa da honra. -----

PONTO 2 - PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA CIDADE DA FIGUEIRA DA FOZ, VALE GRANDE – FREGUESIA DA PONTINHA-----

Presente para deliberação, a Proposta de Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado Municipal de uma Parcela de Terreno sita na Rua Cidade da Figueira da Foz, Vale Grande – Freguesia da Pontinha, de acordo com a informação nº interno/2012/7159 de 2012.07.16, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 16ª reunião ordinária de 2012, da câmara municipal de Odivelas, de 22.08.2012, que se encontra arquivado, por fotocópia, na pasta da presente reunião, pelo que se dá como reproduzido. -----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para apresentação do referido Ponto.-----

No âmbito da discussão do ponto, não se registaram intervenções. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

O Sr. Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado Maioria, com os votos a favor do PS, PSD, CDU, MPT e Independente e com os votos contra do CDS/PP e BE.**-----

PONTO 3 - PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO, LOCALIZADA NA ROTUNDA ARNALDO DIAS, COM A ÁREA DE 180 M2 INSERIDA NO ÂMBITO DO ALVARÁ DE LICENÇA DE LOTEAMENTO N.º 1/2001/DLO-----

Presente para deliberação, a Proposta de Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado Municipal de uma Parcela de Terreno, localizada na Rotunda Arnaldo Dias, com a Área de 180 m2 inserida no âmbito do Alvará de Licença de Loteamento n.º 1/2001/DLO, de acordo com a informação n.º interno/2012/8236 de 2012.08.24, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 17ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 05.09.2012, que se encontra arquivado, por fotocópia, na pasta da presente reunião, pelo que se dá como reproduzido. -----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.-----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:----

José Falcão, pela bancada do **BE**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

"Sistematicamente estarem a ler os papéis que lhes foram entregues dentro dos prazos é que nos parece completamente desnecessários, ou se desconfia que não tenhamos todos a quarta classe e por isso não saibamos ler, ou é uma falta de respeito estar a ler aquilo que nós supostamente já devíamos ter feito. Parece-me que há formas de apresentarmos os pontos que não passam pela simples leitura dos papéis.-- Felizmente que estes documentos não têm cinquenta páginas. Mas mais uma vez é a forma como somos tratados."-----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**- -----

José Falcão, pela bancada do **BE**; proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

*“Deputado Miguel Cabrita durante anos ouvi críticas pela forma como nós o BE apresentamos as questões, e é normal! Mas facto é que passámos a vida ouvir críticas, tal como eu tenho direito a criticar a forma como acho que não deve ser feita uma apresentação de um ponto. Era só o que faltava que eu não pudesse fazer. Felizmente que as palavras do Deputado Miguel Cabrita relativas a eu puder ou não puder fazer críticas de como a Câmara apresenta os pontos, eu tenho o direito de salientar aquilo que todos sabemos que está a ser feito, que é a leitura na íntegra, saltando um parágrafo, do que está escrito e do que é o texto, a apresentação de pontos não pode ser isto.-----
Eu acho isso e tenho o direito de o dizer, como tu também tens o direito de dizer o que quiseres.-----
Que coisa horrível eu ter criticado a forma como o Sr Vice Presidente apresentou o ponto, horrível é a forma como o ponto foi apresentado, e não o facto de eu ter criticado.”-----*

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**; -----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**- -----

Fátima Amaral, pela bancada da **CDU**; -----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal** para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

Pelas **22h20** registou-se a saída do membro da Assembleia Municipal **Miguel Xara Brasil**, pela bancada do **CDS/PP**. -----

O Sr. Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria, com os votos a favor do PS, PSD, CDU e BE, Independente e MPT e votos contra do CDS/PP**. ----

PONTO 4 - PROC. 100/GPE/EPPDMPEE - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PDM – 2012.01 – BAIRO DO CARVALHEIRO E DO CASAL DA AZENHA-----

Presente para deliberação, o Processo 100/GPE/EPPDMPEE - Proposta de Alteração ao PDM – 2012.01 – Bairro do Carvalho e do Casal da Azenha, de acordo com a informação nº 8063 de 2012.08.14, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 17ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 05.09.2012, que se encontra arquivado, por fotocópia, na pasta da presente reunião, pelo que se dá como reproduzido. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.-----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:----

Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Pelas 22h30, registou-se a saída do Membro da Assembleia Municipal, **Bruno Duarte** pela bancada do **PSD**. -----

Pelas 22h35 registou-se a entrada do membro da Assembleia Municipal **Miguel Xara Brasil**, pela bancada do **CDS/PP**. -----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

O Sr. Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**-----

Pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da **CDU**, foi apresentada uma declaração de voto que seguidamente se transcreve:-----

"O Plano Diretor Municipal (PDM) é indiscutivelmente, em cada concelho, o mais importante instrumento de planeamento e ordenamento do território.-----

Quando da criação do concelho de Odivelas, há quase 14 anos, já no concelho de Loures estavam a ser dados os primeiros passos para a revisão do PDM.-----

Com a constituição do novo concelho de Odivelas, foi posição unanime que era necessário proceder, no mais curto espaço de tempo, à elaboração de um novo PDM, o PDM de Odivelas, adequado às realidades e necessidades locais.-----

Ainda durante a vigência da Comissão instaladora foram desenvolvidos os primeiros estudos e aprovadas as Linhas de Orientação Estratégica.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Mais tarde, em 2006, chegaram mesmo a realizar-se Fóruns Participativos, então denominados Fóruns de "Desenvolvimento e Cidadania"-----

Desde essa altura e nos sucessivos Planos de Atividade e Orçamento, sempre tem estado consagrada a conclusão do PDM de Odivelas. Inclusivamente, em 2011 chegou a ser divulgada a sua conclusão e definido como objetivo prioritário da respetiva unidade orgânica.-----

No entanto e apesar de todos os anúncios e promessas o que temos é uma mão cheia de nada. O novo PDM para Odivelas, não se conhece.-----

A informação disponível e que nos é restada é escassíssima.-----

No entanto, periodicamente chegam para deliberação, propostas de alteração ao PDM ainda em vigor, alterações avulsas, sempre com a justificação de que "....embora se encontre a decorrer o processo de elaboração do PDM de Odivelas cuja proposta de ordenamento contempla o necessário enquadramento...

Foi exatamente esta justificação que foi dada em 2010, quando das alterações aprovadas para os bairros do Alto das Arroteias e do Casal Novo. Hoje, mais uma vez, é essa a justificação que é dada para os pontos em discussão, com vista a alterações pontuais ao PDM.-----

Desde há muito que dizemos que esta forma de "ordenar e planear" o território, de forma casuística e absolutamente avulsa, à medida e ao sabor das necessidades ou das encomendas é errada e prejudicial ao desenvolvimento integrado e harmonioso deste concelho.-----

No entanto é conhecido o empenho que desde sempre temos colocado na recuperação e legalização das AUGI's, e por essa razão, o nosso voto favorável à generalidade das propostas que, com esse objetivo e ao longo dos anos têm vindo a esta Assembleia Municipal, para deliberação.-----

Estamos todos recordados da discussão sobre do Vale Grande.-----

Hoje, mais uma vez nos são presentes para deliberação duas propostas de alteração por adaptação do PDM em vigor, às AUGI's dos bairros do Carvalheiro e Casal da Azenha, em Caneças e do Borrageiro — Rua da Boa Vontade, Rua da Esperança e Encosta da Eira, na Ramada.-----

Se todos os processos de recuperação são longos e tortuosos, onde é necessário muita tenacidade e determinação, estes, pela sua localização e enquadramento têm passado dificuldades acrescidas.-----

Só o respeito e consideração pelos proprietários destes bairros e suas comissões de administração conjunta, nos levam votar favoravelmente mais estas alterações de pormenor."-----

PONTO 5 - PROC. 101/GPE/EPPDMPEE - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PDM - 2012.02 - BAIRRO DO BORRAGEIRO - RUA DA BOA ESPERANÇA E RUA DA BOA VONTADE - ENCOSTA DA EIRA-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Presente para deliberação, o Processo 101/GPE/EPPDMPEE - Proposta de Alteração ao PDM – 2012.02 – Bairro do Borrageiro – Rua da Boa Esperança e Rua da Boa Vontade – Encosta da Eira, de acordo com a informação nº 8062 de 2012.08.14, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 17ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 05.09.2012, que se encontra arquivado, por fotocópia, na pasta da presente reunião, pelo que se dá como reproduzido.-----

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para apresentação do referido Ponto.-----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**; -----

Susana Guerreiro, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

*“De facto também a bancada do PS também se interrogou de qual será a posição da bancada da CDU, uma vez que num órgão se absteve e noutro votou a favor. Mas a minha interpretação é que, há quem queira tirar os Srs Presidentes de Junta das Assembleias Municipais, se calhar não é um bom caminho, e aqui ficou demonstrado que se calhar estes estão mais perto dos anseios das suas populações, e o Sr Presidente de Junta de Freguesia da Ramada, sabe que as populações destes bairros pagou o estudo geo- técnico, e quer muito, fez muita força e teve muitas dificuldades para chegar a este bom porto.-----
E por isso com certeza levou a bancada a votar a favoravelmente, e a bancada do PS também saúda os Srs Presidentes e a bancada da CDU, por este emendar de mão.”-----*

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:-----

“Achei graça, desta vez não houve a cassete, daquele lado há sempre a cassete e é sempre a mesma coisa, quando não fazem é uma chatice, não há cassete.”-----

Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**; -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**; -----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**; -----

Fátima Amaral, pela bancada **CDU**; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal** para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**-----

Pelo Sr.. Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da **CDU**, foi apresentada uma declaração de voto que seguidamente se transcreve:-----

"O Plano Diretor Municipal (PDM) é indiscutivelmente, em cada concelho, o mais importante instrumento de planeamento e ordenamento do território.-----

Quando da criação do concelho de Odivelas, há quase 14 anos, já no concelho de Loures estavam a ser dados os primeiros passos para a revisão do PDM.-----

Com a constituição do novo concelho de Odivelas, foi posição unanime que era necessário proceder, no mais curto espaço de tempo, à elaboração de um novo PDM, o PDM de Odivelas, adequado às realidades e necessidades locais.-----

Ainda durante a vigência da Comissão instaladora foram desenvolvidos os primeiros estudos e aprovadas as Linhas de Orientação Estratégica.-----

Mais tarde, em 2006, chegaram mesmo a realizar-se Fóruns Participativos, então denominados Fóruns de "Desenvolvimento e Cidadania"-----

Desde essa altura e nos sucessivos Planos de Atividade e Orçamento, sempre tem estado consagrada a conclusão do PDM de Odivelas. Inclusivamente, em 2011 chegou a ser divulgada a sua conclusão e definido como objetivo prioritário da respetiva unidade orgânica.-----

No entanto e apesar de todos os anúncios e promessas o que temos é uma mão cheia de nada. O novo PDM para Odivelas, não se conhece.-----

A informação disponível e que nos é restada é escassíssima.-----

No entanto, periodicamente chegam para deliberação, propostas de alteração ao PDM ainda em vigor, alterações avulsas, sempre com a justificação de que "...embora se encontre a decorrer o processo de elaboração do PDM de Odivelas cuja proposta de ordenamento contempla o necessário enquadramento... Foi exatamente esta justificação que foi dada em 2010, quando das alterações aprovadas para os bairros do Alto das Arrozeiras e do Casal Novo. Hoje, mais uma vez, é essa a justificação que é dada para os pontos em discussão, com vista a alterações pontuais ao PDM.-----

Desde há muito que dizemos que esta forma de "ordenar e planejar" o território, de forma casuística e absolutamente avulsa, à medida e ao sabor das necessidades ou das encomendas é errada e prejudicial ao desenvolvimento integrado e harmonioso deste concelho.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

No entanto é conhecido o empenho que desde sempre temos colocado na recuperação e legalização das AUGI's, e por essa razão, o nosso voto favorável à generalidade das propostas que, com esse objetivo e ao longo dos anos têm vindo a esta Assembleia Municipal, para deliberação.-----

Estamos todos recordados da discussão sobre do Vale Grande.-----

Hoje, mais uma vez nos são presentes para deliberação duas propostas de alteração por adaptação do PDM em vigor, às AUGI's dos bairros do Carvalheiro e Casal da Azenha, em Caneças e do Borrageiro — Rua da Boa Vontade, Rua da Esperança e Encosta da Eira, na Ramada.-----

Se todos os processos de recuperação são longos e tortuosos, onde é necessário muita tenacidade e determinação, estes, pela sua localização e enquadramento têm passado dificuldades acrescidas.-----

Só o respeito e consideração pelos proprietários destes bairros e suas comissões de administração conjunta, nos levam votar favoravelmente mais estas alterações de pormenor.”-----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O Sr. Presidente da Assembleia informou todos os presentes que não se registaram intervenções do público. -----

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 23h15m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 2.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente: -----

O 1º Secretário: -----

O 2º Secretário: -----